

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915011	
CAPÍTULO 2	18
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915012	
CAPÍTULO 3	33
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915013	
CAPÍTULO 4	49
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915014	
CAPÍTULO 5	65
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915015	
CAPÍTULO 6	78
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915016	
CAPÍTULO 7	89
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3531915017	

CAPÍTULO 8 101

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3531915018

CAPÍTULO 9 119

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

Ana Cristina de Souza

Eliana Maria dos Santos Bahia

DOI 10.22533/at.ed.3531915019

CAPÍTULO 10 136

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

Josefa Luana Oliveira Freire

DOI 10.22533/at.ed.35319150110

CAPÍTULO 11 153

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

Mariana Tiemi Uemura Kawaguti

Patricia Andrea Paladino

DOI 10.22533/at.ed.35319150111

CAPÍTULO 12 170

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

Paulo Costa Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.35319150112

CAPÍTULO 13 187

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

Marina Goldfarb

Nelci Tinem

DOI 10.22533/at.ed.35319150113

CAPÍTULO 14 201

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

Claudio Antonio S. Lima Carlos

DOI 10.22533/at.ed.35319150114

CAPÍTULO 15 218

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

Liliany Schramm da Silva Gattermann

Mariana Mattei Santos

DOI 10.22533/at.ed.35319150115

CAPÍTULO 16	230
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150116	
CAPÍTULO 17	241
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150117	
CAPÍTULO 18	261
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUÊNCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150118	
CAPÍTULO 19	274
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.35319150119	
SOBRE A ORGANIZADORA	288

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

Ariene Ferreira Silva

Universidade Estadual de Goiás, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo
Anápolis - Goiás

patrimônio; memória; documentação.

RESUMO: Segundo a Carta de Lisboa (1995), o termo requalificação é usado com a intenção de valorizar os potenciais sociais, econômicos e funcionais de uma determinada cidade ou edifício, propondo o melhoramento da qualidade de vida da população. Assim, as áreas decadentes da cidade ou edifício ganham nova vida. O trabalho proposto consiste na requalificação de um patrimônio cultural edificado, o edifício da Antiga Chefatura de Polícia do Estado de Goiás, localizado na Praça Cívica. Tem por finalidade atender às necessidades de instituições públicas e culturais, que enfrentam problemas de acessibilidade e disseminação de seu patrimônio arquivístico e documental. Tal requalificação pretende valorizar os potenciais sociais, econômicos e funcionais do edifício, tornando acessível o saber histórico e educacional das seguintes instituições: Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Biblioteca Pio Vargas, Museu da Imagem e Som e Biblioteca Braille, bem como constituir um equipamento cultural capaz de reforçar as funções simbólicas, cívicas e de lazer da Praça.

PALAVRAS-CHAVE: Requalificação;

1 | TEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

“A mais importante é a praça do centro administrativo, (...), não tem finalidade para satisfazer apenas ao tráfego, mas principalmente para demonstrações cívicas”. Pela sua amplitude deverá atrair nos dias festivos da nação o povo, despertando um espírito patriótico. (LIMA citado por MANSO, p. 129)

A Praça Cívica foi projetada para abrigar o centro administrativo de Goiás. De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa, o nome “cívico” é relativo aos cidadãos como membros do Estado. Posto isto, o nome “Centro Cívico” em seu sentido literal estrito, significa Centro do Cidadão.

A Praça Cívica, desde o início da criação da cidade, foi o local de reunião dos cidadãos em datas especiais e também em dias de manifestações populares, protestos, comícios e outros eventos. “Nos primeiros momentos da capital, a vida social girava em torno das praças. A Praça Cívica era o espaço natural de concentração popular em meados dos anos 1940 até 1970” (FERNANDES, 2001, p.111).

Atualmente, a Praça deixou de ser a

principal referência para as atividades cívicas, embora o espaço ainda seja utilizado para festejos, muitas vezes organizados apenas pelo governo. Soma-se a este problema, a falta de conservação do patrimônio construído, dos jardins, de seus monumentos e edifícios.

As intervenções em edifícios históricos, com a finalidade de conservar e promover o seu uso adequado é importante para que possam desempenhar o seu papel enquanto patrimônio histórico e cultural. Alguns dos edifícios da Praça Cívica abrigam usos culturais, como o Centro Cultural Marieta Teles Machado, que comporta a Biblioteca Pio Vargas, Museu de Som e Imagem e a Biblioteca Braille. Para Fernandes (2001, p.131) o uso cultural soma-se ao valor histórico e simbólico desses edifícios e do entorno, caracterizando um reforço das funções de lazer e turismo da praça e um esforço no sentido de promover sua utilização em horários não comerciais.

Ocorre que alguns desses usos não possuem um suporte adequado quanto às edificações que os abrigam, há falta de espaço e infraestrutura. Os problemas dificultam o acesso e a disseminação do acervo dessas instituições.

No sentido de contribuir de forma positiva na problemática exposta, este trabalho propõe a requalificação do prédio da Antiga Chefatura de Polícia, edifício de valor histórico e cultural, para abrigar o Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima, equipamento cultural que comporta o Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Biblioteca Pio Vargas, Museu de Som e Imagem e Biblioteca Braille.

A proposta consiste em reunir no edifício da Antiga Chefatura de Polícia, os equipamentos que possuem como objeto de trabalho a documentação e passam por problemas ligados à infraestrutura e espaço físico.

Segundo Braga (2003, p.02), patrimônio cultural é todo aquele que sendo objeto, construção ou ambiente, a sociedade lhe atribua um valor especial, estético, artístico, documental, ecológico, histórico, científico, social ou espiritual essencial a transmitir às gerações futuras. Portanto, o patrimônio é um instrumento educativo e demonstrativo dos valores éticos e morais da sociedade, a herança material criada pelo homem através da história. Conservar o patrimônio da arquitetura e urbanismo é a melhor forma deste patrimônio perdurar na memória coletiva e definir suas raízes.

A união do edifício com um uso público e cultural, aliada à adequação do seu espaço para garantir um uso acessível do acervo dessas instituições, podem vir a reforçar as atividades cívicas do local, bem como perpetuar o bem (edifício) na memória da população. A requalificação pretende dar um uso simbólico, funcional e social ao edifício.

Para a compreensão da relevância do tema abordado, foi estudada a importância dos centros de documentações para a história e para a memória da sociedade, bem como os problemas enfrentados pelas instituições citadas.

1.2 A construção da história e da memória através dos Centros de documentação

A experiência humana vem produzindo no decorrer de sua existência um grande número de registros que a testemunham, possibilitando o seu conhecimento e avaliação. Tais registros constituem os documentos, objetos substanciais para a existência dos centros de documentação.

Segundo Tessitore (2003, p. 11 - 12), o Centro de Documentação representa uma mescla das entidades de arquivo, biblioteca e museu. Tem como características: possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos; ser um órgão colecionador e referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social e realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia.

Os centros de documentação têm a responsabilidade na preservação e organização dos documentos em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. A partir da compreensão da importância destes documentos, será possível entender o papel dos centros de documentação na construção da história e na constituição da memória coletiva de uma sociedade. Para isso é necessário um entendimento em sentido lato do termo “documento”.

Segundo Jacques Le Goeff (1996, p. 535) o termo latino *documentum*, é derivado de *docere*, que significa ensinar. Para o autor o documento é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. Ressalta ainda que o documento resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinando a imagem de si próprias.

Pode-se definir como sendo documentos todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou espécies documentárias, independentemente de sua apreensão física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados por aquela entidade como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades (SCHELENBERG, 2004, p. 35.).

Os documentos constituem então a base fundamental para que o historiador possa redescobrir a história, no entanto, o documento não se apresenta apenas como prova histórica, mas como objeto substancial para memória coletiva, para Bellotto (2004, p.274) no campo da documentação a memória chega a ser uma abstração, gerada por elementos concretos (os documentos).

A memória aparece, em Le Goff, vinculada à matéria do documento, enquanto a história encontra nele seu sentido de ser. Segundo o autor, a memória, onde cresce a

história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. É um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Tendo como princípio a importância dos documentos para a história e para a memória coletiva, e que, os mesmos são abrigados por edifícios, é necessário passar a se pensar o lugar desses edifícios na sociedade que ocupamos. O acervo documental de uma sociedade deve ser abrigado por edifício que dê suporte a todas as suas necessidades, e que acima de tudo possibilite a sua gestão “democrática”, onde todos tenham acesso ao patrimônio arquivístico, para que assim os documentos possam cumprir sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural e artística.

Neste contexto é relevante ressaltar a importância dos Arquivos Históricos como instituições, uma vez que foram os problemas enfrentados pelo Arquivo Histórico Estadual de Goiás, que motivaram a escolha da abordagem temática deste trabalho.

Para melhor entendimento é necessário delimitarmos a diferença entre arquivo como objeto edificado e arquivo como conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados no decurso das atividades de uma entidade pública ou privada. Um é inerente ao outro, o arquivo (edifício) tem como função a salvaguarda do conjunto de documentos (arquivo).

O acesso aos arquivos históricos é essencial para uma sociedade informada. O historiador Charles M. Andrews confirma tal pensamento:

“Quanto mais se compreender que a verdadeira história de uma nação e de um povo baseia-se não em episódios e acontecimentos superficiais, mas nas características substanciais de sua organização constitucional e social, mais valorizados e preservados serão os arquivos. Nenhum povo pode ser considerado conhecedor de sua história antes que seus documentos oficiais, uma vez reunidos, cuidados e tornados acessíveis aos pesquisadores tenham sido objetos de estudos sistemáticos... Tem sido afirmado que ‘o cuidado que a nação devota à preservação dos monumentos do seu passado pode servir como uma verdadeira medida do grau de civilização que atingiu’. Entre tais monumentos, e desfrutando o primeiro lugar, em valor e importância, estão os arquivos nacionais e locais.”
(Charles M. Andrews citado por Schellenberg, 2004, p.32)

O Arquivo Histórico, como fonte história, é o meio pelo qual é possível conhecer o passado, compreender o presente e planejar o futuro, estando intimamente ligado à memória e talvez por isso, a sua inacessibilidade decorrente dos diversos problemas que hoje são enfrentados por grande parte dos Arquivos Históricos brasileiros, corroborem a uma amnésia coletiva. Este termo foi utilizada por Le Goff (1996, p.407) para ressaltar a fundamental importância que o arquivo possui na sociedade. Segundo o autor, a amnésia não é só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também é a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva.

O Centro de documentação e Pesquisa proposto, objetiva promover a acessibilidade e difusão de todo o acervo do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, bem como da Biblioteca Pio Vargas, Museu da Imagem e Som e Biblioteca Braille, uma vez que todas as entidades abrigam documentos de importância substancial na formação social, identitária e educacional da população.

1.3 Problemas de acessibilidade e disseminação

Segundo Tessitore (2003, p.03), os Centros de Documentação extrapolam o universo documental das Bibliotecas, embora possam conter material bibliográfico, aproximam-se do perfil dos arquivos, na medida em que recolhem originais ou reproduções de conjuntos arquivísticos. Neste sentido, para este trabalho, é necessário um estudo com ênfase nos arquivos, enquanto instituições, abordando desde os princípios de sua história aos problemas da atualidade.

Há controvérsias sobre o surgimento dos primeiros arquivos públicos, embora muitos autores afirmem que surgiram nos séculos V e IV a C. na civilização grega, a partir de então os Arquivos evoluem gradativamente, passando por um abrandamento dessa evolução na Idade Média e sendo retomado no Renascimento. Atingiu uma maior importância com o Iluminismo, quando se passa a reconhecer o valor histórico dos documentos e assim o Arquivo Público pode vir a ser também um Arquivo Histórico. É também com o iluminismo que acontece a democratização do acesso aos Arquivos na França (SCHELENBERG, T. R, 2004, p.25).

Segundo Ohira (2004, p.02) a Revolução Francesa em 1789 e a subsequente criação dos Arquivos Nacionais da França representaram um marco histórico para os arquivos públicos quando se reconhece a sua responsabilidade não só com o patrimônio documental do passado, mas também com os novos documentos produzidos. Os documentos passam a ser considerados propriedade pública, com livre acesso e à disposição de qualquer cidadão que os solicite. No entanto, foi durante o século XIX que o arquivo, como instituição, ganhou espaço por constituir a base da pesquisa histórica, levando os Estados a mantê-los acessíveis aos cidadãos. Em 1948, a inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos, transformou o acesso aos arquivos em direito de todos os cidadãos.

No Brasil o acesso à informação é garantido no âmbito governamental pela Constituição Federal de 1988 que dispõe em seu artigo 5º inciso XXXIII, ser a todos, assegurado o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

Ocorre que, a situação dos Arquivos Públicos no Brasil, muitas vezes inviabiliza o acesso dos documentos à população. Neste sentido, é importante analisar os principais problemas enfrentados pelos Arquivos Públicos brasileiros, bem como estudar o atual Arquivo Histórico Estadual de Goiás, a fim de garantir que o presente trabalho possa propor um espaço adequado para uma gestão democrática do patrimônio arquivístico

goiano, garantindo o direito de acesso aos cidadãos e viabilizando a disseminação do acervo existente.

O Arquivo Histórico Estadual de Goiás foi criado em 1967 através do decreto 169/74, que passou o Antigo Arquivo Público do Estado ao controle da Secretária de Educação e Cultura. Atualmente o arquivo é subordinado à Secretária de Cultura do Estado Goiás.

A atual sede do Arquivo Histórico Estadual enfrenta diversos problemas, desde a falta de espaço físico para abarcar um programa condizente ao órgão a problemas diversos de infraestrutura e gestão do acervo.

De acordo com estudo e pesquisa realizados por Cortês (1996, p. 64-66) sobre os Arquivos Estaduais no Brasil, os principais problemas que acarretam um prejuízo no acesso à informação arquivística podem ser verificados quanto a: natureza jurídica e institucional dos arquivos; infraestrutura e instalações; acervo arquivístico; recuperação e pesquisa; usuários; recursos humanos; recursos tecnológicos; espaço físico, programas de difusão e atividades de desenvolvimento. Com base nessa pesquisa, foi realizada uma análise do atual Arquivo Histórico do Estado de Goiás, a fim de compreender as suas reais dificuldades.

O quadro de diagnóstico sintetiza essa análise. O estudo foi realizado através de pesquisas em campo e entrevistas com as funcionárias Suely, responsável pela instituição desde o ano 2000 e Heloísa Silva, funcionária do arquivo desde 2010.

Em síntese, o que se pode concluir através do estudo é que os problemas recorrentes no arquivo afetam diretamente o seu acervo quanto à sua guarda, conservação e divulgação, problemas que estão relacionados ao próprio edifício, inadequado para abrigar um Arquivo Histórico, prejudica o acesso da população a documentos substanciais para formação da identidade da sociedade.

DIAGNÓSTICO ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS			
Área	Problemas	Causas	Consequências
Natureza jurídica e institucional	Órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Estado de Goiás.	-	Falta de visibilidade da importância dos arquivos, pelo cidadão e pelos governantes; menores recursos financeiros destinados aos Arquivos
Infraestrutura e instalações	Problemas com escoamento de águas pluviais; Climatização inadequada	Falta de manutenção do edifício e falta de recursos financeiros	Perda de parcelas do patrimônio documental público decorrente de infiltrações das águas pluviais; Prejuízo nas condições de preservação e conservação do acervo
Acervo Arquivístico	Documentos não identificados e acumulados.	Quantidade deficiente de funcionários	Documentos de importância histórica e de diversas naturezas ficam inacessíveis aos cidadãos.
Recuperação e Pesquisa	Falta de laboratório de restauração e conservação de documentos Falta de políticas de recolhimento de documentos;	Edifício foi elaborado para abrigar o Arquivo Histórico, mas não levou em consideração as suas reais necessidades e o programa adequado para abrigá-lo; Espaço insuficiente para abrigar uma quantidade maior de acervo.	Prejuízo nas condições de preservação e conservação do acervo; Quantidade de documentos com valor histórico armazenadas em depósitos privados ou da administração pública, fora das possibilidades de acesso dos cidadãos.
Usuários	-	-	-
Recursos humanos	Quantidade deficiente de funcionários	Espaço insuficiente para atender um número maior de funcionários; Falta de recursos financeiros	Prejuízo no arranjo, organização, recuperação, conservação e divulgação do patrimônio arquivístico.
Recursos tecnológicos	Ausência dos recursos de informática e microfilmagem no tratamento e recuperação da informação arquivística;	Inexistência de espaço físico para o procedimento de microfilmagem e digitalização; Falta de equipamentos adequados.	Dificuldade no acesso ao acervo da instituição; Prejuízo nas condições de preservação e conservação do acervo
Espaço físico	Programa insuficiente para as atividades de um arquivo; Ambientes com espaços insuficientes para sua destinação – Sala de pesquisas não comporta uma quantidade razoável ou grupos de pesquisadores, salas de acervo não comportam uma quantidade maior de arquivos.	Edifício foi elaborado para abrigar o Arquivo Histórico, mas não levou em consideração as suas reais necessidades e o programa adequado para abrigá-lo;	Prejuízo no arranjo, organização, recuperação, conservação e divulgação do patrimônio arquivístico; Impossibilidade de receber e abrigar adequadamente novos documentos de importância histórica.
Programas de difusão e atividades de desenvolvimento	Falta de espaço físico para promoção das atividades.	Programa insuficiente para abrigar um arquivo histórico	Falta de visibilidade da importância dos arquivos, pelos cidadãos.

Tabela 1. Diagnóstico Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Org. Ariene Ferreira.

2 | REFERÊNCIAS TEÓRICOS

Segundo Solà-Morales (2006, p. 254), a relação entre uma nova intervenção arquitetônica e a arquitetura já existente é um fenômeno que muda de acordo com os valores culturais atribuídos tanto ao significado da arquitetura histórica, como às intenções da nova intervenção.

Encontros internacionais, de instituições ligadas à política de preservação dos bens culturais, foram realizados ao longo dessas mudanças de valores culturais e produziram cartas, declarações e recomendações que definem, tanto em nível internacional quanto nacional, os procedimentos, normas e conceitos da prática de conservação do patrimônio cultural. Neste sentido, o estudo destes documentos deve pautar as decisões projetuais da requalificação do edifício da Antiga Chefatura de Polícia.

A Carta de Veneza (1964), embora considere o monumento histórico de forma isolada, estabelece princípios gerais para a sua conservação e restauração. De acordo com a carta, o monumento histórico é testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico e se estende não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido com o tempo significação cultural. De acordo com o documento, a conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. Por essa razão, a conservação é favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade.

Dentro da discussão da função e uso do monumento histórico, a Norma de Quito (1967) ressalta que a valorização do patrimônio cultural, equivale a habitá-lo ressaltando suas características e permitindo o seu total aproveitamento. De acordo com a norma, trata-se de pôr em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significância, a enriquece, passando-a ao domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares. O uso do edifício da Antiga Chefatura de Polícia, para abrigar o Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima, um equipamento público, possui como um de seus objetivos o reconhecimento e a valorização do edifício, como trata a Norma de Quito.

A Carta de Burra (1999), traz um conceito mais amplo do termo monumento e significado cultural do que aquele apresentado na Carta de Veneza. Neste documento, o termo está ligado ao valor estético, histórico, científico, ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras. Também define que um novo uso não deve implicar uma mudança na significação cultural do edifício.

A Carta de Cracóvia, fruto da Conferência Internacional sobre conservação, realizada no ano de 2000, prevê que se deve evitar a reconstrução dentro do “estilo” do edifício de partes do mesmo. De acordo com a carta, se for necessário para uso adequado do edifício, a incorporação de partes especiais e funcionais devem refletir a

linguagem da arquitetura atual. Camilo Boito já defendia essa postura dizendo:

“É necessário o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco. É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje.” (BOITO, 2002, p.60)

Para Solà-Morales (2006, p. 257), Boito vinha defendendo um critério bem definido de diferenciação nas intervenções de restauro, essa ideia tornou-se o princípio fundamental estabelecido na Carta de Restauro de Atenas, de 1931. A carta defendia a necessidade de definir uma clara noção de contraste entre os edifícios históricos protegidos e as novas intervenções. Evidente que os princípios da Carta de Restauro de Atenas expressavam os valores culturais da época, valores ligados ao Movimento Moderno, que diziam respeito não só ao uso de materiais novos, mas à ausência de ornamentos e à simplicidade geométrica e tecnológica. Para Le Corbusier: “as novas dimensões modernas e o realce dos melhores tesouros históricos produzem um efeito encantador” (LE CORBUSIER, citado por RUBIÓ p. 08).

Na carta de Cracóvia, as recomendações de adoção das técnicas construtivas atuais, para se intervir no patrimônio histórico, vêm acompanhadas da condição de reversibilidade das intervenções, bem como o estímulo ao conhecimento dos materiais tradicionais e das suas antigas técnicas construtivas. A Carta define como autenticidade a soma de características substanciais, historicamente determinadas, do original até o seu estado atual, como resultado de várias transformações que ocorreram no tempo. Neste sentido, devemos considerar que os anexos do edifício da Antiga Chefatura de Polícia fazem parte da autenticidade do mesmo. Os anexos não fazem parte da concepção original do edifício, mas foram construídos ao longo de sua história para abrigar o programa das instituições públicas que por ali passaram.

3 | O EDIFÍCIO

3.1 Aspectos Históricos

A sede da antiga Chefatura de Polícia foi implantada em quadra externa da Praça Cívica, situada no quadrante sudoeste do conjunto. De acordo com documentos do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, o Jornal Correio Oficial (1942) e o Relatório de Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas (1939), conclui-se que o edifício teve sua construção iniciada em meados de 1939 e conclusão em 1942, ano do batismo cultural e inauguração oficial da cidade de Goiânia:

“Atualmente estão em franca execução numerosas obras de grande fôlego, empreitadas por firmas de São Paulo, mediante concorrência pública: asfaltamento de algumas das principais vias públicas, numa área de 100.000 metros quadrados, com a instalação de esgoto de águas pluviais. construção de vários edifícios:

O edifício foi construído para se instalar a Chefatura da Polícia, a Guarda Civil e a Delegacia Auxiliar, que já funcionavam na cidade, porém em local inadequado. O prédio foi utilizado pela primeira vez em fevereiro de 1942, quando foi instalada a Polícia Civil do Estado:

“A Chefatura da Polícia, Guarda Civil e a Delegacia auxiliar que vinham funcionando provisoriamente em prédio inadequado, de muito acanhadas dimensões, foram em dias do corrente mês trasladadas ao edifício para elas especialmente construído. Situado a esquerda da secretária Geral do Estado, o prédio da Polícia Civil oferece boa aparência exterior. Ele constitui um só corpo, com a forma de U, isto é, no centro dos pavilhões, há uma vasta sala destinada à formatura da Guarda Civil [...]

Aos rés do chão se acham as secções abaixo indicadas: Portaria, Protocolo, Inspetoria de Veículos, com gabinete do Inspetor; Gabinete Fotográfico, provido de ótima câmara escura; Gabinete de Identificação (duas salas), Corpo da Guarda, um cárcere, Gabinete do Chefe da Guarda e administração. No andar superior estão: O Gabinete do Chefe da Polícia, salão nobre, sala do Oficial de Gabinete, sala do Assistente Militar, Secção de Estatística, Arquivo, um cárcere, Secção administrativa e um amplo salão, para Guarda Civil se exercitar em jujitsu. Todas as divisões do edifício foram executadas com cuidado, depois de estudados os meios de melhor servirem aos seus fins.”[...] (Correio Oficial – 28 de Fevereiro de 1942)

Segundo Sócrates, (1938, p. 74 - 77) o prédio integra o conjunto de edificações projetadas para o Centro Cívico de Goiânia, que foi idealizado por Pedro Ludovico Teixeira. O arquiteto Atílio Correia Lima respondeu pelas obras da construção de Goiânia até 1935, quando a firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda. assumiu a continuidade dos trabalhos e esteve no comando das obras públicas. Portanto, em razão do seu período de construção, podemos atribuir a autoria do projeto da Antiga Chefatura de Polícia, a Armando Augusto de Gódoi, que orientou as obras da firma.

3.2 Evolução

O edifício da antiga Chefatura de Polícia sempre foi de uso do governo. Segundo a Secretaria de Cultura do Estado de Goiás (2012, p. 15.), no período de 1961 a 1988, o prédio abrigou a SUPLAN, Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento de Goiás e a EMOP, Empresa Estadual de Obras Públicas, no período de 1988 a 1996. De 1966 até 2010, o edifício passou a abrigar a Procuradoria Geral do Estado. O imóvel ficou desocupado por quase um ano, quando em janeiro de 2011 passou a ser usado pela AGEPEL, Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, órgão responsável pela gestão da cultura do governo estadual. A partir de dezembro de 2011, a AGEPEL foi transformada na Secretaria de Estado da Cultura, que permanece ocupando o imóvel.

Como já mencionado em trecho do Jornal Correio Oficial, o edifício constituía-se

por um só corpo, atualmente dois blocos anexos fazem parte do seu conjunto. Através de imagens é possível perceber que os anexos já existiam na década de 1960.

Por integrar o conjunto arquitetônico art déco da capital goiana, o edifício constitui patrimônio cultural essencial a ser transmitido às gerações futuras. É protegido por lei através do tombamento, que ocorreu tanto em âmbito federal como estadual em conjunto com os demais edifícios que integram o acervo art déco da cidade de Goiânia. O imóvel da antiga Chefatura de Polícia foi tombado pelo Governo do Estado de Goiás em agosto de 1998, através do decreto nº 4.943. O tombamento em âmbito federal ocorreu em novembro de 2003, através da portaria nº 507:

“O Ministro de Estado da Cultura, no seu uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, [...] resolve: I – Homologar para efeitos do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia, compreendido pelos seguintes bens: Coreto da Praça Cívica, Fontes Luminosas, Fórum e Tribunal de Justiça, Residência de Pedro Ludovico Teixeira, Edifício do Antigo Departamento Estadual de Informação, Obeliscos com luminárias, Palácio das Esmeraldas, Edifício da antiga Chefatura de Polícia, Edifício da antiga Secretaria Geral, Torre do Relógio, Edifício do tribunal Regional Eleitoral, Edifício do Colégio Estadual Liceu de Goiânia, Edifício do antigo Grande Hotel, Edifício do Teatro de Goiânia, Edifício da Antiga Escola Técnica de Goiânia, Edifício da Antiga Estação Ferroviária de Goiânia, Mureta e Trampolim do Lago da Rosas, Edifício do Antigo Palace Hotel, Edifício da antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas e traçado urbano dos núcleos urbanos pioneiros [...]” (Portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003)

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2013), o tombamento tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição ou descaracterização do conjunto construído. No entanto, o que percebemos através do Edifício da antiga Chefatura de Polícia é que o tombamento, por si só, não garante a preservação do patrimônio. Através do levantamento e mapeamento de danos do edifício, conclui-se que vem ocorrendo uma perda da sua autenticidade e que o seu estado de conservação é precário.

O edifício preserva sua volumetria e escala originais, no entanto, é possível perceber alterações em sua planta e materiais de acabamento, como os pisos, a pintura interna e externa, os vidros das portas e janelas e a cobertura. As alterações na planta original consistem na modificação da divisão interna dos ambientes com inclusão de novas vedações de alvenaria e de divisórias. O mapeamento de danos realizado mostra que os edifícios apresentam problemas relacionados à manutenção, como infiltrações de chuva, infiltrações ascendentes, telhas quebradas, fissuras, trincas, trechos de reboco e alvenaria expostos, manchas de infiltração e eflorescência, revestimentos sobrepostos e soltos, entre outros.

Por seu estado de conservação e autenticidade atual, pode-se dizer que a evolução do edifício não condiz com a condição que deveria apresentar um bem do patrimônio histórico e cultural. Concluímos então, que apenas o reconhecimento do

edifício como bem patrimonial e sua salvaguarda através do tombamento não são suficientes para perpetuá-lo no tempo.

Para Fonseca (2003. p.61-62), a limitação por mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo preservação, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento, no entanto é necessário que a ação de “proteger” seja precedida por outras ações como identificar, documentar, promover e difundir. São estas as ações que faltam para que o edifício da Antiga Chefatura de Polícia se sustente, não só através da apropriação funcional, mas da apropriação social.

No edifício não há a promoção de nenhuma atividade cultural voltada para a comunidade. Já os blocos anexos encontram-se desocupados, sem nenhum tipo de utilização há cerca de três anos.

O Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima, proposto neste trabalho, objetiva a evolução da edificação em estudo, para um edifício, patrimônio histórico, que não seja dissociado da experiência social. Só assim é possível garantir a sua preservação, reconhecimento e perpetuação na memória coletiva.

ELEMENTOS DA EDIFICAÇÃO	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO								
	EDIFÍCIO (BLOCO A)			ANEXO (BLOCO B)			ANEXO (BLOCO C)		
	Bom	Razoável	Precário	Bom	Razoável	Precário	Bom	Razoável	Precário
Cobertura									
Telhas			X			X			X
Platibanda		X			X			X	
Calhas, rufos, tubos de queda			X			X			X
Alvenaria									
Paredes			X			X			X
Materiais de acabamento			X			X			X
Estrutura									
Fundação	X				X			X	
Pilares		X			X			X	
Vigas		X			X			X	
Pisos									
Materiais de acabamento			X			X			X
Instalações Prediais									
Hidráulicas e sanitária	X					X			X
Águas Pluviais			X			X			X
Prevenção e combate a incêndio			X			X			X
Ar condicionado			X			X			X
Acessibilidade			X			X		X	

Tabela 2. Quadro de avaliação do estado de conservação. Org. Ariene Ferreira

Critérios de avaliação:

Bom – Mantém sua autenticidade estética/formal e integridade com todos os elementos físicos e estruturais desempenhando suas funções.

Razoável – Mantém sua integridade estética/formal e integridade estrutural, mas apresenta problemas de ordem física.

Precário – Apresenta problemas estruturais e físicos que começam a comprometer a integridade do edifício.

3.3 Pesquisa Iconográfica

Através das imagens é possível constatar a singularidade do imóvel no ambiente urbano, principalmente pela particularidade da concepção da cidade de Goiânia. É possível também apreender mais sobre a história da edificação, uma vez que as imagens registram momentos do edifício em diferentes épocas, assim é possível perceber as transformações e alterações realizadas ao longo do tempo.

Através da análise das fotografias históricas, pode ser percebido que a cobertura sofreu alterações em sua composição arquitetônica: o corpo central do edifício possuía altura diferenciada das demais, dessa maneira, a cobertura era dividida em três partes distintas pelas platibandas. A retirada do volume superior da cobertura prejudica a composição estilística do edifício, uma vez que o volume diferenciado lhe atribuía monumentalidade, além de conferir ao edifício uma divisão em base, corpo e coroamento, características do estilo Art Déco, citadas pelo pesquisador Gustavo Neiva Coelho (1997).

As imagens de 1963 revelam que existiu um terceiro edifício no lote da antiga Chefatura de Polícia, que estava em construção ou passava por uma intervenção. É neste ano também que a cobertura é modificada, tornando-se única. A fachada é preservada com a sua platibanda, que só viria a ser retirada posteriormente.

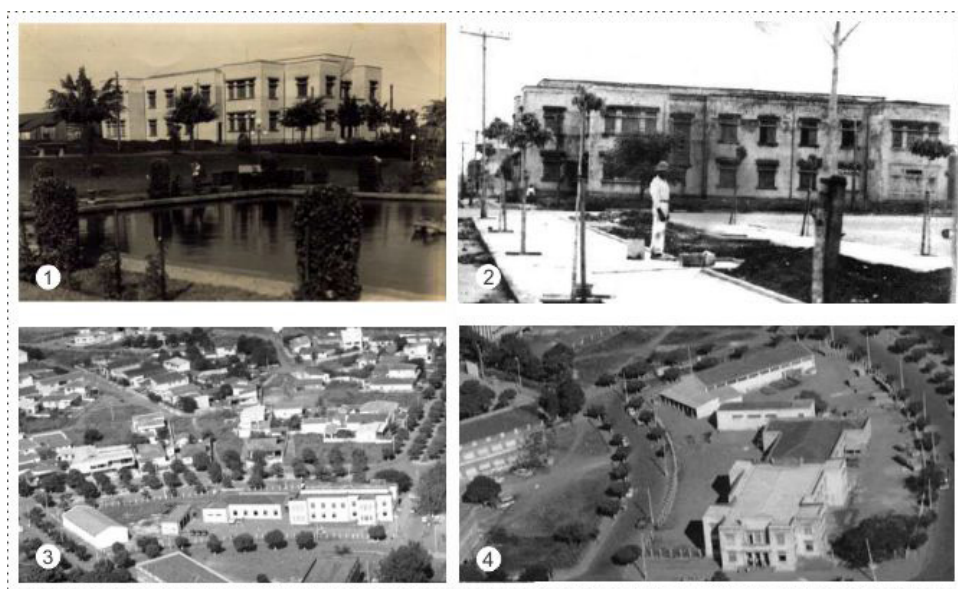


Figura 01. Pesquisa Iconográfica:

1. Visualização da cobertura original, com volume em altura diferenciada no corpo central do prédio, década de 1940. Autor desconhecido; Fonte: Acervo MIS/GOIÁS.

2. Praça Cívica em 1958. Percebe-se que estavam sendo realizadas modificações nas janelas inferiores. Autor Hélio de Oliveira. Acervo SECULT/GO.

4. Praça Cívica em 1963. O prédio original ainda conservava características originais: volume central mais alto e cobertura com telha de barro. Nota-se que os anexos já estavam construídos. Posteriormente, teve a altura do volume central diminuída, permaneceu a platibanda frontal e posterior com recorte mais alto e as telhas estavam sendo substituídas. Autor Hélio de Oliveira. Fonte: Acervo SECULT/GO

4 | PROJETO

O projeto de intervenção no edifício da Antiga Chefatura de Polícia possui três focos principais: a preservação do edifício, através da sua apropriação social; preservação e disseminação do acervo arquivístico das instituições apresentadas e consolidação de um equipamento cultural, capaz de reforçar as funções cívicas e de lazer no contexto da Praça Cívica.

Tendo em vista esses objetivos, é necessária a reflexão acerca do conceito do termo “público”, uma vez que apenas um edifício de fato público, em todos os seus aspectos, é capaz de perpetuar-se na memória coletiva ao longo do tempo, garantindo a sua preservação. É capaz de não apenas preservar, mas divulgar o patrimônio arquivístico que abriga, bem como mudar o cenário de apropriação do seu local de inserção. Ligado ao conceito de público está o conceito de acessibilidade, pois, um edifício público, é, antes de tudo, um edifício acessível. Estes conceitos permeiam as decisões projetuais do Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima.

A implantação do projeto foi pensada de forma a garantir o acesso público por parte da população ao edifício histórico e seus blocos anexos. A proposta de intervenção tem como partido a percepção do lugar por parte dos pedestres. Esta atitude tem como finalidade a ampliação do acesso ao edifício, tornando-o convidativo a quem passa em seu entorno. A análise dos pontos nodais, citados por Kevin Lynch (1999), dos fluxos de pedestres e dos usos do entorno, definem os pontos a serem reforçados e os fluxos a serem criados no terreno.

Os novos fluxos propostos promovem uma maior permeabilidade e direcionam os transeuntes ao interior do Centro de Documentação e Pesquisa Atílio Correia Lima. Uma praça é criada para marcar a intervenção realizada no subsolo e também gera novos fluxos e percursos aos pedestres.

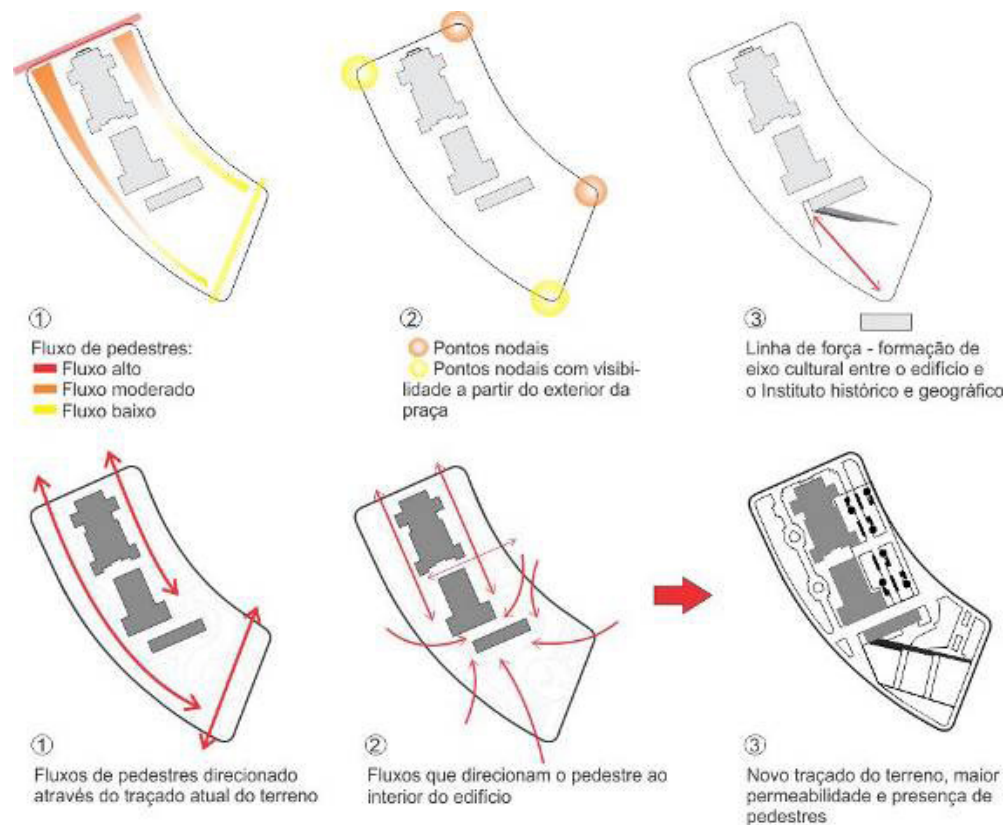


Figura 2. Análise dos fluxos de pedestres e visibilidade do terreno, definição de ponto a ser potencializado.

A volumetria dos blocos anexos é mantida como uma forma de respeito à história do edifício da Antiga Chefatura de Polícia. Os anexos foram sendo incorporados ao longo do tempo e são parte tanto da história do edifício, como do imaginário das pessoas que transitam pelo local. Um novo volume proposto abriga a área de exposições temporárias e o café. A interseção deste volume com os blocos anexos formam espaços públicos sombreados no terreno e espaços de contemplação no terraço.

A proposta de intervenção pretende reforçar o valor histórico do edifício da Antiga Chefatura de Polícia, portanto nenhuma intervenção se sobrepõe ao edifício pré-existente. A criação do subsolo permite que a nova volumetria se comporte formalmente como coadjuvante no conjunto do edifício. O novo volume não ultrapassa o gabarito do conjunto.

Na cobertura do edifício histórico um novo volume, que tem por finalidade iluminar o setor de pesquisa bibliográfica, marca a história do edifício, revelando a existência anterior desta parte da edificação. O volume possui materialidade e sistema construtivo diferentes para que se possa identificar sua época de construção, de acordo com os princípios da Carta de Cracóvia (2000), que recomenda evitar a reconstrução dentro do “estilo” do edifício de partes do mesmo.

O sistema construtivo proposto confere o contraste, citado por Solá Morales (2006) como recurso desta intervenção. A utilização do concreto aparente, do vidro nas vedações e dos perfis metálicos na estrutura diferenciam o novo do antigo. O

contraste é um recurso fundamental, que define a época de cada construção, revelando a história do edifício e não a confundindo. No bloco B, onde se localiza a área de pesquisa arquivística, bloco anexo em que as alvenarias externas foram mantidas, as novas alvenarias são de concreto aparente para estabelecer o contraste entre o novo e o antigo.

A visibilidade conferida ao edifício histórico, também é uma forma de ação que respeita o patrimônio histórico, a integração visual entre os blocos permite que o edifício da Antiga Chefatura de Polícia possa ser visto de todos os níveis do anexo.

O programa de necessidades é formado pelo acervo arquivístico, acervo bibliográfico, tratamento documental, pesquisa, administração e difusão cultural. A área de acervo e tratamento documental, que devem ter acesso restrito e climatização controlada, localizam-se no subsolo, deixando espaço para que todo o edifício histórico, seus anexos e o novo volume proposto possam ser acessados e percorridos pelo público em geral. O edifício histórico abriga a pesquisa bibliográfica, enquanto o bloco anexo B, abriga a pesquisa arquivística, e o bloco C a área administrativa.



Figura 09. Fachadas



Figura 10. Perspectivas

REFERÊNCIAS

BELLOTTI, Heloísa Liberalli. **“Arquivos permanentes, tratamento documental”**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

BOITO, Camilo. **“Os restauradores”**. Cotia: Ateliê, 2002.

BRAGA, Márcia. **“Conservação e restauro”**, Rio de Janeiro, Editora Rio, 2003.

COELHO, Gustavo Neiva. **“A modernidade Art Déco na construção de Goiânia”**. Goiânia: Editora Do Autor, 1997.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **“Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil”**. Diss., Belo Horizonte: UFMG/ E.B, 1996.

FERNANDES, Ludmila Dias. **“As Praças Cívicas das Novas Capitais Brasileiras”**. Diss., Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOIÁS, Arquivo Histórico. **“Relatório de Pedro Ludovico Teixeira a Getúlio Vargas”**. Goiânia: 1939.

GOIÁS, Arquivo Histórico. **Correio Oficial, nº 4224, 105 – AHE**, janeiro/dezembro de 1942. Goiânia: 1942.

GOIÁS, Secretária do Estado da Cultura. **“Antiga Chefatura de Polícia e Cadeia Pública, Dossiê**

do bem tombado". Goiânia, 2012.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "**Sobre tombamento**". Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginalphan>>. Acessado em: 07 mai. 2013.

LE GOFF, Jacques. "**História e memória**". Campinas: Unicamp, 1996.

LYNCH, Kevin. "**A imagem da cidade**". São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MANSO, Celina Fernandes de Almeida. "Goiânia uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar". Goiânia: Editora Do Autor, 2001.

OHIRA, M. L. B. "**Arquivos Públicos do Brasil: da realidade à virtualidade.**" In: ENCONTRO CATARINENSE DE ARQUIVOS, 2004, Florianópolis. Disponível no site da Coordenadoria de Documentação da UDESC, 2004.

RUBIÓ, Ignase de Solà-Morales. "**Intervenciones**". Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

RUBIÓ, Ignase de Solà-Morales. Do contraste à analogia: novos desdobramentos no conceito de intervenção arquitetônica. In: NESBITT, Kate (org.). "**Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**". São Paulo: Cosac & Naify, 2006. p. 254-263.

SCHELENBERG, T. R.. "**Arquivos Modernos, princípios e práticas**". Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SÓCRATES, Ofélia do Nascimento Monteiro. "**Como nasceu Goiânia**". Goiânia, Editora: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.

TESSITORE, Viviane. "**Como implantar centros de documentação**", Como fazer vol. 9, Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado São Paulo, 2003.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-035-3



9 788572 470353